

## CADERNO DE ENCARGOS

### 1 – OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a prestação de serviços de impressão de material publicitário para os vários eventos, nomeadamente Feira do Folar e da Doçaria de Odeceixe, Noite Multicultural (Noite a), Feriado Municipal, Festa da Praia Maravilha de Odeceixe e Festival da Batata-doce de Aljezur, a realizar por esta autarquia, no decorrer do presente ano, nas condições definidas no presente Caderno de Encargos.

### 2 – ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

#### 2.1. Evento FEIRA DO FOLAR E DA DOÇARIA DE ODECEIXE | Data: de 18 a 20 de abril de 2025

Quantidade	Designação	Observação
3	Outdoor, lona digital   Impressão: 4/0 cores   Medida: 800x300cm Locais (sujeito a confirmação): 01. Aljezur   RTA (n.º 8), junto ao Mercado Municipal de Aljezur (GPS: 37.316885, -8.802631) 02. Aljezur   Junto ao Complexo Desportivo de Aljezur 03. Portimão   RTA (n.º 37), Ladeira do Vau (GPS: 37.166678, -8.531567)	Montagem e desmontagem
4	Outdoor, lona digital   Impressão: 4/0 cores   Medida: 600x300cm Locais: 01. Aljezur   Entrada de Odeceixe, à saída da ponte 02. Aljezur   Entrada de Monchique   Sentido: Marmelete-Aljezur 03. Aljezur   Entrada Carrapateira   Sentido: Vila do Bispo-Carrapateira 04. Aljezur   Espinhaço de Cão   Sentido: Lagos-Aljezur	Montagem e desmontagem
6	Faixa de rua, tela digital microperfurada (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)   Impressão: 4/0 cores   Medida: 500x100cm Locais: na Região do Algarve a indicar na data de envio da maquete para a gráfica	Montagem e desmontagem
14	Pendão de rua, tela digital (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)   Impressão: 4/0 cores   Medida: 85x190cm	Entrega de material
2	Faixa Direcional Tela digital microperfurada (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta   Impressão: 4/0 cores   Medida: 500x100cm	Montagem em Aljezur

- a) Data prevista de envio das maquetes finais para a gráfica: com a adjudicação
- b) Entrega do material: 5 dias seguidos após o envio das maquetes  
| Horário: Das 09:00h às 15:20h | Morada: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro (Antiga Escola C+S), 8670-026 Aljezur
- c) Montagem dos outdoors do município: até 5 dias seguidos após o envio de maquete |  
Desmontagem: primeiro dia útil seguinte ao evento
- d) Montagem dos outdoors da RTA: dia 8 de abril de 2025 | Desmontagem: primeiro dia útil seguinte ao evento

## 2.2. Evento NOITE MULTICULTURAL (NOITE A)/FERIADO MUNICIPAL| Data: de 26 a 30 de agosto de 2025

Quantidade	Designação	Observação
8	Pendão de rua, tela digital (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)   Impressão: 4/0 cores   Medida: 90x320cm	Entrega de material
14	Pendão de rua, tela digital (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)   Impressão: 4/0 cores   Medida: 85x190cm	Entrega de material
9	Faixa de rua, tela digital, microprefurada (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)   Impressão: 4/0 cores   Medida: 500x100cm Locais: na Região do Algarve a indicar na data de envio da maquete para a gráfica	Montagem e desmontagem
4	Outdoor, lona digital   Impressão: 4/0 cores   Medida: 800x300cm Locais (sujeito a confirmação): 01. Aljezur  Junto ao Complexo Desportivo de Aljezur 02. Lagoa  RTA (n.º 18), em frente à Fatacil 03. Portimão  RTA (n.º 37), Ladeira do Vau (GPS: 37.166678, - 8.531567) 04. na Região do Algarve a indicar na data de envio da maquete para a gráfica	Montagem e desmontagem
4	Outdoor, lona digital   Impressão: 4/0 cores   Medida: 600x300cm Locais: 01. Aljezur  Entrada de Odeceixe, à saída da ponte 02. Aljezur  Entrada de Monchique  Sentido: Marmeleite-Aljezur 03. Aljezur  Entrada Carrapateira  Sentido: Vila do Bispo-Carrapateira 04. Aljezur  Espinhaço de Cão  Sentido: Lagos-Aljezur	Montagem e desmontagem
500	Trípticos   Medida: 30x21cm   Impressão: 4/4cores   Papel couche brilho 135grs. Acabamento com 2 dobras	Entrega de material
1	Autocolante digital em vinil, Impressão: 4/0 cores   Medida:140x160cm	Montagem

- a) Data prevista de envio das maquetes finais para a gráfica: 07.08.2025  
b) Entrega do material: 5 dias seguidos após o envio de maquetes |Horário: Das 09:00h às 15:20h |Morada: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro (Antiga Escola C+S), 8670-026 Aljezur  
c) Montagem Outdoors do município: até 5 dias seguidos após o envio da maquete| Desmontagem: no dia útil a seguir ao evento  
d) Montagem Outdoors da RTA: n.º 18 de 12 a 24 de agosto e o n.º 37 de 19 a 30 de agosto de 2025|Desmontagem: ao final do período disponível

## 2.3. Evento FESTA DA PRAIA MARAVILHA DE ODECEIXE |Data: 12 e 13 de setembro 2025

Quantidade	Designação	Observação
14	Pendão de rua, tela digital (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)   Impressão: 4/0 cores   Medida: 85x190cm	Entrega de material
3	Outdoor, lona digital   Impressão: 4/0 cores   Medida: 800x300cm Locais (sujeito a confirmação): 01. Aljezur   Junto ao Complexo Desportivo de Aljezur 02. na Região do Algarve a indicar na data de envio da maquete para a gráfica 03. na Região do Algarve a indicar na data de envio da maquete para a gráfica	Montagem e desmontagem
4	Outdoor, lona digital   Impressão: 4/0 cores   Medida: 600x300cm Locais: 01. Aljezur  Entrada de Odeceixe, à saída da ponte 02. Aljezur  Entrada de Monchique  Sentido: Marmeleite-Aljezur	Montagem e desmontagem

	03. Aljezur  Entrada Carrapateira  Sentido: Vila do Bispo-Carrapateira 04. Aljezur  Espinhaço de Cão  Sentido: Lagos-Aljezur	
6	Faixa de rua, tela digital, microperfurada (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)  Impressão: 4/0 cores  Medida: 500x100cm Locais: na Região do Algarve a indicar na data de envio da maquete para a gráfica	Montagem e desmontagem

- a) Data prevista de envio das maquetes finais para a gráfica:21.08.2025  
b) Entrega do material: 5 dias seguidos após o envio de maquete |Horário: Das 09:00h às 15:20h  
|Morada: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro (Antiga Escola C+S), 8670-026 Aljezur  
c) Montagem outdoors do município: a partir do dia 30 de agosto de 2025|Desmontagem: até 16 de setembro de 2025  
d) Montagem dos outdoors da RTA: a confirmar| Desmontagem: até 16 de setembro de 2025

## 2.4. Evento FESTIVAL DA BATATA-DOCE DE ALJEZUR| Data: de 28 a 30 de novembro de 2025

Quantidade	Designação	Observação
8	Autocolante digital, em vinil "Sinalética"  Impressão: 4/0 cores  Medida: 120x29cm	Entrega de material
28	Pendão de rua, tela digital (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)  Impressão: 4/0 cores  Medida: 85x190cm	Entrega de material
4	Outdoor, lona digital  Impressão: 4/0 cores  Medida: 600x300cm Locais: 01. Aljezur  Entrada de Odeceixe, à saída da ponte 02. Aljezur  Entrada de Monchique  Sentido: Marmeleiro-Aljezur 03. Aljezur  Entrada Carrapateira  Sentido: Vila do Bispo-Carrapateira 04. Aljezur  Espinhaço de Cão  Sentido: Lagos-Aljezur	Montagem e desmontagem
5	Outdoor, lona digital  Impressão: 4/0 cores  Medida: 800x300cm Locais (sujeito a confirmação): 01. Aljezur  RTA (n.º 8), junto ao Mercado Municipal de Aljezur (GPS: 37.316885, -8.802631) 02. Aljezur  Junto ao Complexo Desportivo de Aljezur 03. Lagoa  RTA (n.º 18), em frente à Fatacil 04. Portimão  RTA (n.º38) Sentido Marina de Portimão 05. Lagos   RTA (n.º 23) junto ao Restaurante (Avenida dos Descobrimentos)	Montagem e desmontagem
6	Autocolante digital para autocarro, em vinil, microperfurado  Impressão: 4/0 cores  Medidas: 144x62cm; 163x71cm; 94x52cm; 3 x 107x55cm	Montagem e desmontagem
7	Faixa de rua, tela digital, microprefurada (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)  Impressão: 4/0 cores  Medida: 500x100cm Locais, na Região do Algarve a indicar na data de envio da maquete para a gráfica	Montagem e desmontagem
4	Tela digital (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)  Impressão: 4/0 cores  Medida: 90x320cm	Entrega de material
7	Tela digital "Restauração" (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)  Impressão: 4/0 cores  Medida: 150x50cm	Entrega de material
11	Autocolante digital, em vinil "Restauração"  Impressão: 4/0 cores  Medida: 272x63,5cm	Montagem em Aljezur
7	Tela digital "Foto Aljezur" (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)  Impressão: 4/0 cores  Medida: 500x315cm	Montagem em Aljezur

2	Placas de Kapeline "Restauração"   Impressão: 4/0 cores   Medida: 1400mmx1132mm	Montagem em Aljezur
1	Tela digital, microperfurada (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)   Impressão: 4/0 cores   Medida: 1605x420cm	Montagem e desmontagem em Aljezur
1	Tela digital "Foto prato" (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)   Impressão: 4/0 cores   Medida: 420x460cm	Montagem em Aljezur
9	Faixas de Rua (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)   Impressão: 4/0 cores   Medida: 230x72cm	Montagem em Aljezur
2	Faixas de Rua (acabamento c/ vulcanização e colocação de ilhós a toda a volta)   Impressão: 4/0 cores   Medida: 200x100cm	Montagem em Aljezur

- a) Data prevista de envio das maquetes finais para a gráfica: 02.11.2025  
b) Entrega do material: 5 dias seguidos após o envio de maquete | Horário: Das 09:00h às 15:20h | Morada: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro (Antiga Escola C+S), 8670-026 Aljezur  
c) Montagem Outdoors do município: até 5 dias seguidos após o envio de maquete | Desmontagem: no primeiro dia útil a seguir ao evento.  
d) Montagem Outdoors da RTA: até ao dia 18 de novembro de 2025 | Desmontagem: ao final do período disponível

### 3 - OUTRAS INDICAÇÕES

- a) A proposta terá de mencionar os valores unitários;  
b) A proposta deverá obrigatoriamente apresentar preços para a totalidade dos serviços;  
c) O Município em acordo com o adjudicatário poderá alterar a data e o local da entrega/montagem dos bens;  
d) Caso não sejam necessárias as quantidades previamente estimadas, só serão faturadas as que efetivamente se vierem a concretizar, mantendo o adjudicatário os preços propostos durante a vigência do contrato.

### 4 – DURAÇÃO DA PRESTAÇÃO

Decorrerá durante o ano 2025, procedendo-se ao envio das maquetes para produção conforme as necessidades da Autarquia e extinguindo-se o mesmo com a totalidade da prestação, caso não sejam necessárias as quantidades previamente estimadas só serão faturados os serviços que efetivamente se vierem a realizar, mantendo o adjudicatário os preços propostos durante a vigência do contrato.

### 5 – PARÂMETRO BASE DO PREÇO CONTRATUAL

5.1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Aljezur deve pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, sendo que o preço base é de **€13.000,00** (treze mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

5.2. O preço previsto no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

## **6 - CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO**

Nos termos do disposto nos artigos 47.º, nº3 e 35.º-A, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), previamente ao presente procedimento foi efetuada consulta preliminar ao mercado, sendo que os preços base mencionados na cláusula anterior, foram fixados com base na média dos valores obtidos nesta sede.

## **7 – REVISÃO DE PREÇOS**

Os preços constantes da proposta adjudicada não serão revistos durante a vigência do contrato.

## **8 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. A quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias, após a receção das respetivas faturas e confirmadas pelo gestor do contrato, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

8.2. Os pagamentos serão efetuados diretamente ao prestador.

8.3. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Aljezur, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8.4. Nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 01 de janeiro de 2023, a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal do contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP, com exceção das micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativamente às quais este prazo foi alargado para 01/01/2024, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei 54/2023, de 14 de julho.

8.5. Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos fornecedores/prestadores do Município de Aljezur, informamos o contacto do parceiro tecnológico E-mail: fornecedores.saphety@saphety.com/helpdesk@saphety.com, telefone: +351 308 801 249 / +351 707 101 249, o qual dispõe de soluções que permitem o envio da fatura eletrónica, não obstante a existência de outras opções no mercado nacional.

## **9 – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO**

9.1. - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de execução do contrato, conforme as características técnicas, prazos de entrega e requisitos definidos neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Cumprimento dos requisitos legais em vigor e garantia da qualidade dos serviços/bens;
- c) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- d) São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a entidade adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
- e) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuado o aluguer, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.

9.2. - A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao aluguer, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

## **10 - CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO SERVIÇO**

10.1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao Município os bens/serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

10.2. Os bens/serviços objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

10.3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

10.4. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens/serviços objeto do contrato que existam no momento em que os bens/serviços lhe são entregues.

## **11 – CONTRATO**

Para o presente procedimento será celebrado contrato escrito, nos termos previstos no artigo nº 94º do CCP, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95.º do CCP, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração.

## **12 – APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

12.1. - Em simultâneo com a decisão de adjudicação, a entidade adjudicante, aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, quando seja o caso.

12.2. - Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a entidade adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

## **13 – DESPESAS DO CONTRATO**

13.1. - As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção das taxas legalmente devidos pelo adjudicatário, nomeadamente a taxa de elaboração de contrato no valor de **€ 48,87**, prevista no ponto 9 do Artigo 1º da Tabela Geral de Taxas e Licenças do Município.

13.2. - Correm igualmente por conta do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.

## **14 – GESTOR DO CONTRATO**

A entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, devendo nestes termos, ser dado conhecimento ao gestor de contrato de todas as ações inerentes ao mesmo.

## **15 - PENALIDADES CONTRATUAIS**

a) Por cada dia de atraso na entrega de cada um dos itens será aplicado uma penalização de 2,5% do valor global da adjudicação.

b) As faixas deverão ser colocadas de forma a resistirem a situações de vento forte, ou no caso dessa situação se verificar, sejam novamente colocadas, a não permanência das faixas nos locais terá uma penalização por dia/faixa de incumprimento de 20,00€ (vinte euros).

c) A permanência dos materiais no local, em data posterior ao indicado como data limite para desmontagem, terá uma penalização de incumprimento, por dia, de 20,00€ (vinte euros).



## **16 – OBJETO DO DEVER DE SIGILO**

16.1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Aljezur, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

16.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

16.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

## **17 - REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DE DADOS**

O prestador compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual.

## **18 - REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO DOS TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS TERMOS DO ARTIGO 419.º-A DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS**

O prestador fica obrigado ao cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP.

## **19 – SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.

## **20 - RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO CONTRAENTE PÚBLICO**

20.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, superior a 60 dias na prestação dos serviços objeto do contrato ou o prestador de serviços declarar por escrito que o atraso na prestação excederá esse prazo.

20.2. O contrato pode também ser resolvido pelo contraente público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do Prestador de Serviços:

- a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do Prestador de Serviços;
- b) Prestação de falsas declarações;
- c) Estado de falência ou insolvência;
- d) Cessação da atividade;
- e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do Prestador de Serviços e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.

20.3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao prestador de serviços e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

## **21 - CASOS DE FORÇA MAIOR**

21.1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

21.2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

21.3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

21.4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

21.5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Prestador de Serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Prestador de Serviços direito a qualquer indemnização.

## **22 - RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

22.1. O Prestador de Serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.

22.2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

## **23 - DEVERES DE INFORMAÇÃO**

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

## **24 - DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

24.1. Correm integralmente por conta do Prestador de Serviços os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização



nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

24.2. Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Prestador de Serviços por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

24.3. São da responsabilidade do Prestador de Serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

24.4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Prestador de Serviços se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

## **25 - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

25.1. Quaisquer comunicações ou notificações entre o Contraente Público e o Prestador de Serviços relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

25.2. As comunicações e as notificações dirigidas ao Contraente Público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

## **26 - FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com renúncia expressa a qualquer outro.

## **27- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

27.1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

27.2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

A P R O V A D O  
O Vereador da Câmara,